



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DIRETOR

ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO CEFET/RJ. RIO DE JANEIRO, 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

5 Aos dezenove dias do mês de dezembro de dois mil e oito, às dez horas, na sala de reunião do Gabinete da Direção-Geral, localizado no térreo, foi realizada a décima segunda Sessão Ordinária do Conselho Diretor, à qual compareceram os conselheiros Marilda Pimenta de Melo, José Antônio Assunção Peixoto, Luiz Cláudio Ribeiro Rodrigues, Nilton da Costa Silva, Sérgio Roberto de Araújo, Carlos Henrique Figueiredo
10 Alves, Bernardo José Lima Gomes, Wanderley Freitas Lemos, Antônio Maurício Castanheira das Neves, Cesar Corrêa, Osvaldo Ribeiro da Cruz Filho, Leydervan de Souza Xavier, Rosane Gaspar, Mariane Amêndola, Paulo Félix, Maurício Saldanha, Maria da Glória Faria Leal, Edison Carrielo, Marcelo Reis. Na qualidade de convocado, o Senhor Jorge Carlos Jourdan, membro da UAUDI, também esteve presente. O Senhor
15 Presidente iniciou dizendo que as atas das sessões anteriores (décima e décima primeira) seriam analisadas na primeira sessão de dois mil e nove, e portanto passou para Ordem do Dia – Calendário de Reuniões do CODIR, observando que estaria propondo um novo calendário composto de seis sessões, já que a partir do próximo ano, também haveria reuniões do CEPE, cuja presidência também era sua. Explicou que a reunião do CEPE ficou para o dia 06 de março, quando iria se ter o Regulamento praticamente pronto para aprovação e este viria ao CODIR dia 20 de março (nossa primeira reunião). A conselheira
20 Rosane disse que o Calendário do CODIR deveria ser o parâmetro para que os outros conselhos organizassem suas reuniões em função do calendário deste conselho e não o contrário. A conselheira Maria da Glória perguntou se após a reunião do CEPE, no último dia 17, aquele conselho decidira por discutir melhor o regulamento e a proposta seria apresentada em que data, dia 06 de março? Continuou dizendo que não poderíamos transferir o poder do CODIR para o CEPE, mesmo porque existe uma hierarquia. Isso posto pela sugestão de se manter durante o ano seis reuniões para o CODIR, quando a conselheira Glória indagou se não estaríamos nos voltando para as decisões internas e eliminando a transparência que se tinha com as outras cadeiras externas; estava parecendo haver uma redução de poder. O Senhor Presidente disse que em absoluto fora desrespeitada a composição do CODIR. A questão era a convivência do CODIR e do
25 CEPE, o dia-a-dia, a quantidade de reuniões para não se levar a uma exaustão desmedida. Além disso, a respeito da composição do CEPE e sua criação, esse assunto já tinha sido bastante discutido e aprovado aqui no CODIR. Indagou a conselheira Glória qual era a base que ela estava tendo para julgar que o CODIR estaria sendo esvaziado ou delegando-se menos poder àquele conselho? A conselheira redarguiu dizendo que esse julgamento se deu pelo esboço apreciado, tanto o Regulamento quanto o número de reuniões ordinárias. O Senhor Presidente esclareceu que criou-se uma comissão para rediscutir o Regulamento do CEPE e que este viria ao CODIR, portanto disse que não havia imposições. E uma vez aprovado, terá que ser revisto o Regulamento do próprio CODIR e de outros para não haver conflitos. Essa composição foi aprovada em 03 de agosto de 2007 e a democracia deve ser respeitada. Minha intenção é organizar. Há que ter uma estrutura organizacional para que a decisão seja da Direção-Geral com respaldo
35 de outros conselhos. Não se pode ter o entendimento de que é o Diretor-Geral quem faz tudo. Continuou, dizendo que o CEPE teria o mês de fevereiro para se organizar,

apresentar o Regulamento e depois aprovar ou não. A próxima reunião do CEPE é dia 06 de março. O conselheiro Maurício Castanhaeira colocou como proposta criar uma comissão para estudar nosso regulamento e as datas de calendário, propondo um encontro no dia 13 de fevereiro. O conselheiro Félix disse que parecia que dia 20 de março estaria longe, mas tinha férias e carnaval, indagando qual o objetivo dessa reunião de 13 de fevereiro. O Senhor Presidente disse que seria um regulamento novo, porém o regulamento do CEPE não ia poder ser apreciado ainda, já que a reunião daquele conselho era dia 06 de março. A conselheira Glória colocou que seria importante essa reunião para estudo do regulamento do CODIR. A servidora Tereza Gaio indagou se o regulamento seria aprovado pelo CEPE. E o senhor Presidente respondeu que havia uma comissão para estudar o regulamento do CEPE, aprovar, concordar ou não e que depois viria ao CODIR. O conselheiro Leydervan observou que o CEPE ia se reunir em 06 de março e tramitar a proposta. Havia uma comissão para isso. Indagou se dia 06 de março o documento final já estaria pronto. Sugeriu então duas reuniões em março, dias 13 e 27. A conselheira Glória discordou dessas datas, pois disse que estávamos avaliando vários conselhos. O Senhor Presidente lembrou que havia sido três meses de discussão. A missão do CODIR era trabalhar fora do conselho, dos dias de reunião. Ou seja, trabalhar de hoje até 13 de fevereiro ou de hoje até 13 de março. E colocou em votação as duas propostas: Proposta do conselheiro Maurício Castanhaeira: 13 de fevereiro e 20 de março – proposta 1; e a Proposta do conselheiro Leydervan – 13 de março e 27 de fevereiro – proposta 2. Deu-se a seguinte votação: pela proposta 1 – conselheiros (as) Glória, Rosane, Maurício, Luiz, Marcelo, Félix e Sérgio. Pela proposta 2: Marilda, Wanderley, Nilton, Carlos Henrique, Leydervan e Carrielo. Vencedora a proposta número 1. O Senhor Presidente passou ao item 2.2 - Cursos Pós-graduação lato sensu para aprovação. O convidado, professor Marco Braga se pronunciou a respeito, dizendo que hoje no CEFET havia o Mestrado de Ciência e Matemática; um em Novas Tecnologias – Ensino de Física e outra em Novas Tecnologias em Matemática. Havia um objetivo institucional de se ter um doutorado. Torna-se necessário a criação de um doutorado na área e já foi feita uma proposta. Em 2008 foi montado uma estratégia de apresentação de trabalhos para dar suporte aos mestrados. Esse novo programa dialoga com o Mestrado já existente no CEFET – em Tecnologia, e o Colegiado é parcialmente agregado ao Mestrado profissional para ser apresentado na Capes em março. Até lá este é o caminho direto para a criação de um doutorado – a interdisciplinaridade – isso era um peso muito importante na área de Física para trabalhar em outras áreas interdisciplinares. A conselheira Glória disse que havia lido os projetos e gostou muito do lato sensu na área de filosofia da Ciência. Os três cursos foram aprovados por unanimidade. Quanto ao quarto curso, apresentado pela conselheira Mariane, que é coordenadora dos programas *lato sensu*. Observou que as propostas para chegar ao CODIR já haviam sido analisadas pelo COPEP e quanto à documentação e carga horária não havia pendências. Esclareceu que o curso de Novas Tecnologias ao Bio-sistema tivera uma ressalva quanto a sua aprovação. A verdade é que houve uma restrição do próprio coordenador e este enviou um e-mail solicitando que retirasse o público de ciências biológicas, por ser considerado mais despreparado. Havia um recurso, pois a proposta do COPEP foi de ajustar a ementa ou retirar o pessoal de Ciências Biológicas, de acordo com o Professor Leonardo. O conselheiro Leydervan disse que a parte técnica é própria do COPEP, e quando houvesse recursos a instância seria ir ao CEPE. A conselheira Glória disse que o CODIR não tinha competência para isso. O conselheiro Leydervan observou que a coerência e a consistência do argumento técnico era do COPEP, observando ainda que não caberia recurso ao CODIR. E se estava dentro das normas do CNE estaria aprovado o mérito pelo COPEP, e aqui caberia no máximo um “concordo” ou não. A conselheira Mariane argumentou que o CEPE ainda nem tinha seu regulamento, por isso trouxe para esse

100 espaço. O Senhor Presidente informou que dentro da matriz SETEC, os cursos de
especialização gratuitos pontuavam. A SETEC compreendia que a partir de 2009 esses
cursos teriam uma matriz institucional e educacional. O conselheiro Félix wquestionou
qual seria a pontuação da SESU, e o Senhor Presidente respondeu que nossa matriz
SETEC era para o Ensino Médio, o Ensino Técnico, o ensino tecnológico, a Licenciatura e
Especialização (lato sensu) e a SESU – bacharelado, Mestrado e doutorado e também
105 Licenciaturas. Disse ainda que o Presidente da CAPES, Professor Jorge Guimarães
elogiara o CEFET a respeito de se transformar em UT. Posto em votação os cursos lato
sensu, foram estes aprovados por unanimidade, sendo que o de foi
aprovado respeitando-se as exigências do COPEP. O Senhor Presidente passou ao
terceiro item da Ordem do Dia que dizia respeito à Comissão de auto-avaliação.

110 Como convidados estiveram presentes o aluno Igor Rodrigues e Thieplo Benites e o
servidor Técnico-Administrativo André (DEAC) e também o professor Pedro Manuel
Callas Pacheco, e o senhor José Bastos da UAUDI. Justificadas as ausências do
conselheiro Francisco Madureira à Secretária do CODIR e também da conselheira Leila
115 Marques.. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente do Conselho Diretor,
Professor Miguel Badenes Prades Filho, declarou que os alunos do CEFET/RJ, tanto do
Médio e Técnico quanto da Graduação, têm se destacado bastante nos vários concursos
e olimpíadas que vinham participando. Apresentou o aluno Igor Rodrigues, que
conquistou a medalha de prata na 1ª Olimpíada de Robótica, sendo agraciado pelo
120 CODIR com um diploma e uma medalha. O Senhor Presidente levou ao Plenário à
aprovação da ata da décima sessão de dois mil e sete que, após pequenas ressalvas, foi
aprovada por unanimidade. Passou então à aprovação da ata da décima primeira sessão
de dois mil e sete que, também após pequenas ressalvas, foi aprovada por unanimidade.
Deu-se início, então, à aprovação da ata da décima segunda sessão de dois mil e sete
125 que, dadas as ressalvas, não foi aprovada, ficando a sua análise para a próxima sessão.
Iniciando-se a Ordem do Dia, item 2.1 – Instalação dos Conselhos do CEFET/RJ, o
Presidente esclareceu que, com a criação dos novos Conselhos e a alteração da
composição dos existentes se fazia urgente a consulta, aos colegiados, no intuito de
definir os membros e, conseqüentemente, a regulamentação e a divulgação do
130 calendário, pois as deliberações desses Conselhos, principalmente quanto à definição das
novas regras de avaliação docente, poderiam atrasar os trabalhos do Conselho Diretor, já
que o regulamento deveria passar à aprovação do CODIR. Pedindo a palavra o
Conselheiro Sérgio Araújo mencionou estranheza pelos gerentes acadêmicos das UNEDs
estarem ligados à DIREN. O Presidente esclareceu que o CEFET/RJ, por ser hoje um
135 sistema, possuía esta estrutura organizacional, composta de uma sede e unidades
descentralizadas: com um Diretor de Unidade, um Gerente Administrativo e um Gerente
Acadêmico, este, vinculado ao Diretor de Ensino do sistema. Solicitando a palavra, o
conselheiro Mário Barreto salientou que requereu ao CODIR a desvinculação dos
discentes dos Conselhos. Solicitando a palavra o conselheiro Carlos Henrique afirmou
140 que a solicitação do conselheiro fora aprovada em reunião passada. Pedindo a palavra, a
conselheira Rosane Gaspar disse achar pertinente a inclusão de um representante
técnico-administrativo em cada Conselho, já que a carreira agregava profissionais de
diversas áreas, inclusive técnicos em assuntos educacionais. Respondendo, o
conselheiro Carlos Henrique afirmou que o pleito da conselheira já fora atendido por
145 ocasião da criação dos novos conselhos, de acordo com a documentação distribuída aos
conselheiros, pela secretária do CODIR, onde fora demonstrada a composição dos
conselhos, dando como exemplo o CONEX, onde estava prevista a representação de seis
servidores técnicos/administrativos e cinco docentes. Pedindo a palavra, o Conselheiro

150 Maurício disse achar conveniente proceder a estruturação dos conselhos para que as
composições fossem discutidas no âmbito dos próprios conselhos, visto que já nos
encontrávamos no mês de março. Solicitando a palavra, a conselheira Rosane colocou
que no CONED não havia representação de servidores técnicos-administrativos. Pedindo
a palavra, o conselheiro Fernando Gusmão sugeriu à conselheira apresentar à
155 presidência, a inclusão deste item na próxima pauta, o que foi aceito pela conselheira. O
Presidente solicitou aos conselheiros Paulo Félix, na qualidade de chefe do DEPES e
Sérgio Araújo, como chefe do DEMET, que deflagrassem o processo de escolha dos
representantes dos conselhos sob suas responsabilidades e indicassem os seus
representantes nos outros conselhos o mais rápido possível, já que os conselhos eram
160 seqüenciais. Pedindo a palavra, o professor Félix informou que o conselho do DEPES já
funcionava com a nova estruturação e solicitou a conselheira Rosane que apresentasse
sua fundamentação quanto à representação de técnicos-administrativos. Pedindo um
aparte, o Prof. Sérgio colocou que no DEMET o processo de escolha dos membros dos
conselhos seria eletivo. O Presidente ratificou a urgência da regulamentação e definição
165 da composição dos Conselhos e solicitou que na próxima reunião do CODIR, em 18 de
abril, isso já estivesse definido, devendo ser discutido, no máximo, nas próximas três
sessões do CODIR. Passou então à votação da medida que foi aprovada por
unanimidade, tendo o Conselheiro Hilário se absterido do voto. Dando início ao Item 2.2 –
Proposta de critérios de avaliação de desempenho docentes, o Prof. Miguel esclareceu
170 que foram determinadas, pelo Governo Federal, as regras de progressão de professor
especial e associado. No CEFET/RJ as progressões eram feitas por tempo de serviço.
Dando continuidade, o Presidente colocou que fora encaminhado ao DEMET uma
solicitação de sugestão para avaliação de desempenho docentes, para que, efetivamente,
os docentes fossem avaliados pelo desempenho, diferenciando, assim, os bons
175 profissionais dos demais. Acrescentou, ainda, que o documento fora respondido,
conforme cópia distribuída aos conselheiros. Pedindo um aparte, o Conselheiro Sérgio
informou que não era Chefe do DEMET à época do encaminhamento da solicitação e
acreditava que as regras de avaliação fossem as mesmas, tanto para os professores
vinculados ao DEMET, quanto para os vinculados ao DEPES. O Presidente disse achar
180 mais justo o sistema de pontuação. Pedindo a palavra, o conselheiro Osvaldo colocou que
o documento recebido contemplava somente a avaliação horizontal, apesar de o CODIR
ter solicitado, também, a progressão vertical. Pedindo um aparte, o prof. Leydervan
colocou que não devia haver barreira para atividade de pesquisa e extensão aos
professores do técnico/médio. Solicitando a palavra, a conselheira Glória disse que as
185 regras de avaliação de desempenho docentes deviam ter maior respaldo. A Instituição
deveria estabelecer critérios para tal, sugerindo que os conselheiros pensassem juntos
em uma solução. Observou que a avaliação, como vinha sendo feita, podia propiciar
favorecimento aos amigos dos coordenadores. Aparteando, o conselheiro Carlos
Henrique esclareceu que todos tinham avaliação de dois em dois anos e não, como rege
190 a lei, ou seja, progressão por mérito de dois em dois anos e por tempo de serviço de
quatro em quatro anos. Finalizando, sugeriu que o documento fosse encaminhado ao
novo Conselho de Professores. O Presidente reforçou a sugestão de que o documento
fosse encaminhado aos conselhos, observando a hierarquia, para que estes
apresentassem propostas. Pedindo a palavra, o conselheiro Carlos Henrique propôs que
195 isso fosse emanado dos colegiados. Aparteando, o conselheiro Leydervan lembrou que
ainda em março a legislação seria implementada pelo Governo. O Senhor Presidente
esclareceu que daria continuidade ao sistema de avaliação de desempenho docente
utilizado hoje, ou seja, a CPPD faria a avaliação da ficha funcional do professor e
encaminharia à chefia imediata, inclusive para o professor associado. Solicitando a
palavra, o Prof. Félix informou que o Regimento da UFRJ contemplava uma base para a

200 chefia imediata administrar a pontuação. Aparteando, o Prof. Maurício disse preocupar-se com o fato da discussão da base não ser necessariamente a apresentada ao CODIR, apesar do Conselho Diretor, hoje, representar também as unidades descentralizadas. Finalmente propôs o compromisso de uma consulta pública, pois isso garantiria que o resultado não fosse diferente do proposto. Aparteando, o Conselheiro Edison Carrielo
205 disse que a avaliação de desempenho docentes na Petrobrás era realizada trimestralmente. Pedindo a palavra, o Conselheiro Antônio Maurício Castanheira colocou sua preocupação quanto à análise do documento apresentado, já que fora criada uma comissão para realizar o trabalho. Aparteando o conselheiro Cesar Corrêa colocou que o documento, como fora apresentado, abria espaço para avaliações pessoais, caso
210 houvesse alguma rusga entre o docente e sua chefia imediata. Solicitando a palavra, o conselheiro Bernardo colocou que o documento deveria contemplar as metas a serem alcançadas pelos professores e evidenciou a clareza, quanto às perdas e ganhos na avaliação, como ponto chave. O Presidente disse concordar com o conselheiro Castanheira quanto à análise do documento. Solicitou ao conselho uma posição em
215 relação ao destino dado ao memorando, lembrando aos conselheiros que o referido documento fora elaborado no ano de dois mil e seis, quando as regras eram outras. Aparteando, o conselheiro Castanheira colocou que o Conselho deveria explicar à comissão encarregada da preparação do documento o motivo pelo qual o mesmo estaria sendo rejeitado. Pedindo a palavra, o conselheiro Leydervan disse achar conveniente o
220 envio do documento ao Conselho de Pesquisa e Extensão, como contribuição à discussão. Aparteando, o Prof. Castanheira colocou que pareceria que o CODIR estaria corroborando com as informações nele contidas. O Presidente lembrou aos conselheiros que a unificação da avaliação não fora contemplada no documento e que constava na pauta desta sessão a análise do mesmo, motivo pelo qual os conselheiros deveriam definir o destino do memorando. Pedindo a palavra, o Conselheiro Mário Barreto disse
225 crer que o processo de dois mil e seis devesse ser encerrado e iniciado outro devidamente focado nas novas regras. O Presidente abriu votação para a análise do documento, sendo rejeitado por unanimidade exceto pela abstenção do conselheiro Hilário. A conselheira Glória corroborou com o pensamento de que o DEPE e DEMET fossem o ponto de partida para a avaliação docente. Mesmo que os estudos revelassem que mudanças iriam ocorrer, seria bom e prudente resguardar os colegiados – as ações e a coordenação no Depes e Demet. Posteriormente, essa avaliação sofreria novas reflexões, sendo avaliado pelo Conselho de ensino, pesquisa e extensão. Depois disso, haveria uma consulta à comunidade, mas era bom lembrar, acrescentou, que a prática
235 comunitária democrática era lenta, porém isso não poderia servir de argumento para que ela não acontecesse. O Senhor Presidente definiu, então, que havia duas propostas: uma do conselheiro Leydervan que era a de o conselho de ensino, pesquisa e extensão traçar as políticas dos docentes e ouvir CONDEP e CONSEP e a do conselheiro Hilário, que era o contrário. Primeiramente, os CONDEP e CONSEP fariam a avaliação e depois passaria para o conselho de ensino, pesquisa e extensão. O conselheiro Leydervan disse que tinha uma preocupação quando a discussão se dava por experiências isoladas, pois ela podia produzir entendimentos separados e gerar vários documentos, traduzindo muita especificidade. Exemplificando que a Instituição, por meio da Pós-graduação, tinha instrumentos como a CAPES que definem parâmetros de avaliação, citando que seria
240 nosso dever preconizar instrumentos que auxiliassem essas avaliações. Avaliação única não significava ser medido pela mesma regra. Acrescentou ser preciso focar políticas e estratégias, independente das visões locais, para articular de forma que se enxergasse o macro, e não o contrário. E quem articulava as políticas da Instituição eram os conselhos. Observou, ainda, que o CODIR era absolutamente democrático e que também havia hoje assentos nesse conselho que contemplavam as chefias do DEPE, do DEMET e da
250

Extensão. Portanto, havia uma visão macro de que colegas professores que atualmente estivessem realizando pesquisas e não em sala de aula pudessem ser avaliados de forma diferenciada. Dito isto, o Senhor Presidente colocou em votação as propostas, tendo recebido 4 votos a proposta 1(proposta que sugeriria que a avaliação perpassasse primeiramente pelo CONDEP e CONSEP e posteriormente ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) e 8 votos a proposta 2. (proposta que sugeriria que a avaliação perpassasse pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e este, então, traçaria as políticas de avaliação dos docentes), que foi vencedora. Houve uma abstenção do conselheiro Carrielo. O conselheiro Maurício Castanheira observou, ainda, a título de esclarecimento que, para funcionar o que esse conselho aprovou, era preciso se fazer valer a CPA – Comissão Permanente de Auto-Avaliação. O conselheiro Carlos Henrique salientou que não cabia à CPA criar esse tipo de política dentro da Instituição e sim acompanhar. O Senhor Presidente disse que quando se entregava a um segmento uma missão, não queria dizer que não seguissem um longo caminho, a exemplo disso citou a necessidade de se acompanhar a Resolução 15/2004, levando-se em conta todas as formas de avaliação. Dando início ao Assuntos Diversos, o Senhor Presidente lembrou que o Governo estaria assinando alguns dissídios referentes à carreira de ensino superior e também, posteriormente, para docentes de primeiro e segundo graus Comunicou que deveria sair um plano com os reajustes que seriam feitos até 2010. O conselheiro Carlos Henrique acrescentou que essa iniciativa vinha a reboque dos IFETs, já que a prerrogativa era ministrar ensino superior nos Institutos. E ainda abria a possibilidade de que professores de ensino superior pudessem dar aulas também na educação profissional, segundo informes da Andifes e Concefet. O Senhor Presidente disse que a Andifes mantinha uma posição de que o CEFET/RJ virasse UT, tanto que este assunto seria pauta da próxima reunião da ANDIFES, e com isso possibilitar a entrada no REUNI. Isso é válido para CEFET/RJ e CEFET/MG. A posição das unidades está mantida. Em 2008, devemos inaugurar Nova Friburgo e Petrópolis, e quanto à tramitação de cargos para essas unidades, já estava tudo previsto. O Senhor Presidente disse que ainda havia uma resistência por parte do Ministério da Educação, já que o CEFET/RJ atua no viés da Educação profissional (médio e técnico) e também no superior, inclusive com pós-graduação, e ministrava tudo isso com qualidade. Disse acreditar que a situação do CEFET/RJ e CEFET/MG somente iria passar após discussão no Congresso Nacional. Lembrou, ainda, finalizando, que a pressão era grande e o momento bastante delicado, porque havia a política do MEC em transformar os CEFETs em IFETs e a nossa reivindicação era para UT com a entrada no REUNI Observou que o CEFET/RJ mantinha a posição referendada pela comunidade e por este Conselho Diretor por sua transformação em UT.. A tensão já era prevista e o CEFET/RJ tinha que aguardar o posicionamento do Ministério. Tanto o Senhor Eliezer Pacheco, da SETEC, quanto o Senhor Ronaldo Motta, da Sesu, dizem que o que virá é a nossa transformação em Universidade Tecnológica. Poderiam até surgir boatos: perda de unidades, orçamentos sendo repassados, mas isso não era verdadeiro. Após isso, informou que o CODIR havia tirado uma posição de inaugurar o Pavilhão 4, da Mecânica, em homenagem ao aluno falecido Leonardo de Souza Silva, e estava sugerindo que todos os conselheiros fossem até o local dia 18 de abril, quando da segunda sessão para prestarem a homenagem. Informou ainda que estivera na Itália junto com o Professor Nilton Costa e Professor Maurício Saldanha participar de um congresso na Universidade Pontifícia Católica de Roma e representaram muito bem o Brasil – só estavam presentes o CEFET/RJ e a PUC/RJ. O congresso possibilitou conhecer as ações da união européia e foi discutida a adesão do CEFET nesta unidade que envolvia um intercâmbio de alunos e professores. Também tivemos uma reunião com a universidade de La Sapience, com o Reitor e Vice-reitor; ficamos de avançar nesse intercâmbio. Fechou-se também um convênio com a

Universidade Tecnológica da Catalunha (que absorveu várias faculdades), onde tivemos reuniões com a reitoria sobre as políticas internacionais e deveria haver uma discussão mais ampla agora em nível departamental. Estivemos também em uma unidade chamada

305 de Escola Politécnica de Mataró (Barcelona) , na qual achamos uma correlação bastante similar com o CEFET/RJ em nível de missão institucional; conhecemos a incubadora desta unidade e a interlocução foi bastante proveitosa. Após esses informes, o conselheiro Mário perguntou a respeito do prédio que estava sendo construído na área esportiva, e o Senhor Presidente respondeu se tratar de um pólo de desenvolvimento

310 humano, social e esportivo. Seria uma academia para alunos e servidores, que ficaria sob os cuidados da coordenação de Educação Física. O conselheiro Mário parabenizou a iniciativa. Solicitando a palavra, o conselheiro Lydervan questionou sobre os elevadores do Bloco E, sendo respondido pelo Senhor Presidente que o elevador já deveria estar pronto, pois a proposta orçamentária da empresa de manutenção tinha sido bastante alta e houvera uma negociação, por isso o atraso, acreditando-se que na próxima semana estivesse concluído o trabalho. O conselheiro Maurício Castanheira anunciou e deixou registrado que iria se afastar do Colegiado, pois vai começar seu pós-doutorado. O

315 conselheiro Carlos Henrique sugeriu que na próxima reunião do CODIR, em abril, se discutisse as cargas horárias de DE, 40h e 20h. Já existem posicionamentos e resoluções antigas, mas estava na hora de se fazer um estudo. Neste momento, a conselheira Glória lembrou da Resolução 17/2004, cujo texto final deveria chegar às mãos da secretária, com os ajustes para ser entregue na próxima reunião aos conselheiros. O Senhor Presidente, retornando a questão do estudo sobre carga horária docente disse que havia alguns entendimentos legais a posteriori de alguns concursos, dando como exemplo a

320 Unidade de Nova Iguaçu, em que tivemos professores DE no Curso de Enfermagem, e que trabalhavam como enfermeiras em outras instituições, quando houve o cruzamento de dados e a necessidade de pedir redução de DE para 20horas. Porém a nossa PROJU e CGU tinham o entendimento de que o concurso para DE não era exclusivo e sim inclusivo. A sua classe funcional deveria vir alterada e essa discussão já estava para ser revertida, visando um denominador comum. Havia, então, a necessidade de se ter uma política sobre isso. O conselheiro Sérgio Araújo observou que chegara ao seu conhecimento que a lei que definia a carreira de magistério de primeiro e segundo graus não era cumprida nos colégios de aplicação das universidades federais. O conselheiro Carlos Henrique pediu que se fizesse um levantamento da lei (artigo 21) que definia essas

325 mudanças. Decidiu-se por uma comissão para realizar tal trabalho formada pelos conselheiros Paulo Félix (presidente da comissão e relator); Marcelo Reis, Sergio Araújo, Osvaldo Cruz e Maurício Castanheira. Pedindo a palavra, o conselheiro Leydervan informou que recebeu uma notificação referente à Fundação Cultura e Tecnologia, o que aparentemente era muito bom, pois isso significava que havia promotores observando o texto e o processo estava caminhando. Um outro assunto que abordou foi a respeito do conselho de Pós-graduação que havia decidido fazer um estudo sobre a confiabilidade dos elevadores, pois a qualquer momento eles poderiam não funcionar e este fato estava se tornando uma rotina, enaltecendo que a Pós era avaliada pela CAPES, lembrando que havia questões estratégicas como essa, citando , inclusive as pessoas portadoras de

330 necessidades especiais na escola, que estavam sendo prejudicadas, além do que a Biblioteca também estava localizada no quarto andar do Bloco E, cujo o acesso não poderia ser precário. A conselheira Rosane ressaltou que, não somente pensando em relação à avaliação da CAPES, mas também de forma institucional, tendo em vista a localização da Biblioteca, onde circula por volta de 6.000 (seis mil) alunos. O conselheiro Mário Barreto completou dizendo que exatamente em cima dessas falas queria registrar a necessidade de uma manutenção permanente dos elevadores. O Senhor Presidente admitiu as falhas, explicando que era uma empresa terceirizada quem fazia a manutenção

335

340

345

350

355 e lembrando que alguns alunos também não colaboravam, pois davam pancadas na porta dos elevadores, e observando, ainda, a necessidade de assessoristas para preservar o equipamento. Observou, também, solicitando ao conselheiro Mário, que falasse com os alunos que estavam pixando banheiros e os painéis afixados recentemente na escola. A conselheira Rosane lembrou ainda, com relação aos elevadores, que esta situação se arrastava há 10 anos e que o problema tornara-se crônico, sendo preciso atualmente se estudar a possibilidade de um elevador novo (locação e custo). O Senhor Presidente observou também que já existia um projeto de construção da Biblioteca do CEFET/RJ em outro local: em frente ao Palácio Laguna (havia uma esperança de patrocínio de um Banco privado), e transformar-se-ia o quarto andar do Bloco E em salas de aula. O conselheiro Mário quis ressaltar que o espaço público ainda não era entendido por uma minoria de alunos aqui no CEFET/RJ, e o Senhor Presidente concordou dizendo que essa 360 minoria deveria ser trabalhada, pois os alunos do CEFET/RJ, de uma forma geral, tinham comportamentos diferenciados. O conselheiro Carlos Henrique lembrou, a esse respeito que alguns alunos cortaram o fio em determinados pontos do Bloco L e lá ficara totalmente sem rede. O conselheiro Leydervan sugeriu que houvesse painéis com pinturas (obras de arte) para evitar as pixações, julgando o fato inibir atos de vandalismo, exemplificando que a coordenação de educação artística poderia ter essa iniciativa. Após 370 considerações finais, nada mais foi encaminhado à mesa. Sendo assim, o Senhor Presidente deu por encerrada a primeira sessão ordinária de dois mil e oito, da qual lavrei a presente Ata, que segue assinada por mim, na qualidade de Secretária, e pelo Senhor Presidente.

375

380

385

390